

EXECUÇÃO, PENHORA E EMBARGOS

Temas Complementares

Índice de Formulários

1. Sustação de Execução Cível em Razão de Penhora Fiscal Anterior Sobre Imóvel Hipotecado
2. Levantamento da Sustação de Execução Comum para Venda de Fração Autónoma Como Habitação Própria e Permanente: Princípios da Proporcionalidade, Adequação e Proteção do Credor
3. Manutenção da Sustação de Execução Comum Face à Prioridade de Penhora Fiscal em Imóvel Hipotecado
4. Levantamento da Sustação de Execução para Venda de Imóvel Penhorado em Processo de Execução Fiscal Suspenso
5. Oposição à Sustação de Execução com Fundamento em Penhora Anterior Sobre Imóvel Urbano
6. Conflito entre execução comum e execução fiscal: levantamento da sustação para venda de imóvel hipotecado com proteção de habitação própria
7. Levantamento da sustação de execução comum para venda de imóvel penhorado face à paralisação de execução fiscal por proibição legal
8. Direito de preferência do arrendatário em venda judicial de imóvel penhorado: análise da aplicação do artigo 1091.º do Código Civil em contexto executivo
9. Oposição à renovação de instância executiva por prescrição do direito cambiário e insuficiência de indicação de bens penhoráveis
10. Oposição à renovação de execução fiscal com fundamento na prescrição da dívida, proteção da habitação própria e permanente e litispendência processual
11. Critério de proporcionalidade na distribuição de produtos de venda de bens penhorados em processo de insolvência
12. Oposição à reclamação de créditos em ação executiva: fundamentos de inexistência de título executivo e pagamento parcial

13. Retificação de erro material em sentença de verificação e graduação de créditos por penhora de bem comum do casal
14. Prosseguimento da Execução Comum para Venda de Imóvel Penhorado Face ao Impedimento Legal na Execução Fiscal
15. Prosseguimento da execução comum para venda de imóvel penhorado face à impossibilidade de venda em execução fiscal
16. Oposição à declaração de ilegalidade de penhora de embarcação registada em nome de terceiro no âmbito de execução judicial
17. Ineficácia da alienação de bem penhorado e prosseguimento da execução face à insolvência do executado
18. Manutenção e conversão de penhora provisória em definitiva sobre embarcação de pesca comercial em processo executivo
19. Prosseguimento da execução comum para venda de imóvel penhorado com citação da Fazenda Nacional em face de impedimento legal na execução fiscal
20. Oposição à suspensão de execução com base em arresto preventivo: prioridade do penhor financeiro e prosseguimento da execução singular
21. Prosseguimento da execução sobre bens comuns em caso de inobservância do prazo perentório para separação de bens
22. Requerimento de Avaliação Pericial de Prédio Rústico em Processo Executivo para Apuração de Valor de Mercado de Quinhões Hereditários e Meação
23. Proteção do direito à habitação própria e permanente em execução cível renovada para cobrança de créditos fiscais e para fiscais
24. Oposição à venda da totalidade de imóvel em compropriedade no âmbito de processo de insolvência: defesa dos direitos de propriedade e habitação do comproprietário não insolvente
25. Proteção do terceiro adquirente de boa-fé em execução com venda de imóvel hipotecado e conflito de penhoras
26. Habilitação de adquirente em ação executiva para prosseguimento de execução sobre imóveis penhorados com hipoteca
27. Aplicação do Princípio da Precipuidade das Custas na Execução com Benefício de Apoio Judiciário
28. Reclamação da dedução de juros compulsórios em fase intermédia de execução para pagamento de indemnização

29. Inoponibilidade da alienação de imóvel penhorado em execução judicial face ao credor exequente
30. Levantamento da Sustação de Execução Comum para Venda de Imóvel Hipotecado em Contexto de Paralisação de Execução Fiscal
31. Prosseguimento de ação executiva para cobrança de indemnização por crime doloso após encerramento de processo de insolvência
32. Prioridade do crédito pignoratício sobre privilégios mobiliários gerais na graduação de créditos em processo de insolvência
33. Prevalência do Privilégio Mobiliário Geral da Segurança Social sobre Créditos Pignoratícios em Processo de Insolvência
34. Prioridade do crédito garantido por penhor sobre ações em processo de insolvência face a privilégios mobiliários gerais